

OS (DES) CAMINHOS DA COMIDA E A SOBERANIA ALIMENTAR: análise das procedências do abastecimento de hortifrútiis da CEAGESP de São Paulo/SP no ano de 2015

Valmir José de Oliveira Valério¹

Resumo

A partir dos dados disponibilizados pelo Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), acerca das quantidades (kg) e procedências (municípios) dos alimentos comercializados pela CEAGESP de São Paulo/SP, este artigo analisa a espacialização das procedências dos hortifrútiis que abastecem a respectiva central de entrepostos. Nesse sentido, a identificação dos caminhos por detrás dos alimentos permite compreender os interesses e implicações subentendidas às distâncias percorridas pelos alimentos da produção no campo à mesa do consumidor final. Portanto, embasado no conceito de soberania alimentar, entendido como o direito dos povos de produzir de acordo com as suas práticas e hábitos culturais, alimentos para o abastecimento local e regional, avalio a dimensão dos deslocamentos da comida à luz do atual sistema hegemônico de produção e distribuição de alimentos.

Palavras-chave: Soberania alimentar, hortifrútiis, CEAGESP.

Introdução:

Surgida no ano de 1969 com a fusão do *Centro Estadual de Abastecimento* (CEASA) e da *Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo* (CAGESP), a *Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo* (CEAGESP) constitui uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Como um dos maiores centros de comercialização atacadista do planeta, com movimentação superior a 280 mil toneladas por mês, entre frutas, legumes, verduras, pescados, flores e ovos, o *Entrepasto Terminal São Paulo* (ETSP) possui uma área total de 700 mil metros quadrados e área construída de 271 mil metros quadrados, na qual passam aproximadamente 50 mil pessoas e 12 mil veículos diariamente. Na comercialização interna, atuam aproximadamente 2.500 permissionários² e 3400 carregadores. Os compradores mais expressivos são feirantes, supermercados, peixarias, restaurantes e sacolões (CEAGESP, 2017).

¹ Mestre e doutorando em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente/SP. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Bolsista de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: valjvalerio@yahoo.com.br.

² Produtores e comerciantes atacadistas detentores de um **termo de permissão remunerada de uso**, que os autoriza a comercializar em uma das unidades da rede CEAGESP.

Na CEAGESP como um todo, o ETSP é responsável por mais de 80% do total movimentado pela rede, composta por 13 unidades, uma na capital paulista e 12 no interior do estado: Araçatuba, Araraquara, Bauru, Franca, Guaratinguetá, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba. De tal modo, devido à representatividade do ETSP na venda de frutas e hortaliças³, este artigo analisa as origens dos hortifrúteis comercializados pela Companhia no ano de 2015, de maneira a oferecer subsídios que auxiliem na compreensão da lógica que dita o **movimento dos alimentos no espaço**.

Assim como já mencionei em outra oportunidade (VALÉRIO, 2015), quando faço referência ao deslocamento dos alimentos ou ao movimento dos alimentos no espaço, não quero com isso reduzir o espaço à dimensão das distâncias, mas sim destacar a importância da identificação dos circuitos espaciais e das distâncias percorridas pelos alimentos na compreensão dos significados do alimento e da alimentação, assim como na caracterização do sistema alimentar hegemônico.

A identificação dos caminhos por detrás dos alimentos permite compreender os interesses e implicações subentendidas às distâncias percorridas pelos alimentos da produção no campo à mesa do consumidor final. Assim, embasado no conceito de **soberania alimentar**, entendido como o direito dos povos de produzir de acordo com as suas práticas e hábitos culturais, alimentos para o abastecimento local e regional (VIA CAMPESINA, 1996), avalio a dimensão dos deslocamentos da comida à luz do atual sistema hegemônico de produção e distribuição de alimentos.

Na minha compreensão, a soberania alimentar pode ser analisada a partir de duas principais abordagens, uma integral e outra parcial: a **abordagem integral** caracteriza a definição da Via Campesina, numa concepção que pressupõe o controle total dos processos, materiais, insumos, fluxos e renda. Diferentemente, a **abordagem parcial** privilegia a dimensão dos circuitos espaciais e das distâncias percorridas pelos alimentos. Não obstante, a abordagem parcial da soberania alimentar não implica na fragmentação do conceito ou mesmo na sua reformulação, mas no direcionamento da análise a partir dos sujeitos e territórios subentendidos ao movimento dos alimentos no espaço. Em que pesem as limitações de uma

³ Convencionalmente denominados como frutas, legumes e verduras, o PROHORTI/CONAB classifica os hortifrúteis em **frutas e hortaliças**. Nesse sentido, as hortaliças compreendem, além de verduras e legumes, raízes e tubérculos.

análise restrita aos deslocamentos dos alimentos, a abordagem parcial permite compreender a lógica espacial ditada pelo sistema alimentar hegemônico.

Para Santos (1996), os circuitos espaciais de produção indicam as diversas etapas às quais os produtos são submetidos desde o começo do processo de produção até chegarem aos consumidores finais. Portanto, neste artigo denomino como circuitos espaciais alimentares a totalidade das etapas pelas quais passam os alimentos (inclusive as etapas anteriores ao plantio), desde o campo até a mesa do consumidor final.

O debate em questão pressupõe ainda considerarmos os significados da **segurança alimentar**, entendida como o atendimento regular das necessidades nutricionais de uma dada população ou país, efetivado por meio do “acesso físico e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva” (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2014), sem colocar em questão “detalhes” como quem produz, onde e como os alimentos são produzidos, etc. É preciso destacar que este “acesso físico e econômico” se realiza, via de regra, por meio da intermediação do poder de compra, ou seja, no âmbito do alimento como mercadoria. Isso quer dizer que, quanto maiores os circuitos espaciais aos quais os alimentos são sujeitos, maiores serão os gastos com transporte e armazenamento, os preços para os consumidores e menor o acesso das famílias a uma alimentação “suficiente, segura e nutritiva”. Neste artigo, entendo a segurança alimentar como um modo de organização da produção e distribuição de alimentos no qual prevalece o abastecimento via ativação de extensas redes de transporte.

No bojo da construção de um sistema alimentar emancipado e soberano, muito além do direito de **acesso** à alimentação, faz-se necessário considerar o direito ao **controle** dos circuitos espaciais alimentares, de maneira que os alimentos sejam produzidos e consumidos numa perspectiva de soberania local e regional, ou seja, na vigência de circuitos espaciais os mais curtos possíveis, sem a participação de intermediários entre produtores e consumidores. Nesses termos, a soberania está no domínio da territorialidade produção-distribuição pelo campesinato nas escalas local/regional, o que favorece a existência de alimentos de baixa quilometragem, maior qualidade e menores preços para os consumidores finais, além da incorporação da maior parte da renda gerada e o fortalecimento da família camponesa (VALÉRIO, 2015).

Assim, os conceitos de segurança e soberania alimentar sustentam as análises a partir da compreensão dos significados do movimento dos alimentos no âmbito de diferentes propostas de produção e distribuição. Enquanto a segurança alimentar tem como prioridade o acesso regular a uma alimentação suficiente e nutritiva, sem questionar onde, como e quem

produz os alimentos, a soberania alimentar tem por base a construção de um sistema alimentar no qual o campesinato é protagonista, de modo a estabelecer relações diretas entre produtores e consumidores que, muito além de interesses meramente comerciais, constroem a escala da própria emancipação.

Do ponto de vista metodológico, este estudo esteve pautado na produção de mapas e tabelas a partir dos dados de procedências dos alimentos (hortifrúti) comercializados com a CEAGESP da capital paulista e, também, na realização de trabalhos de campo na referida central de abastecimento, na qual foi possível realizar observações, registro de imagens e entrevistas semi-estruturadas. De tal modo, com base nos dados disponibilizados pelo *Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT)*, da *Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)*, acerca das quantidades (kg) e procedências (municípios) dos alimentos intermediados pelo ETSP, avalio a seguir a espacialização das origens dos hortifrúti comercializados, tendo em vista o ano de 2015.

Existe segurança na dependência? O movimento dos alimentos no espaço:

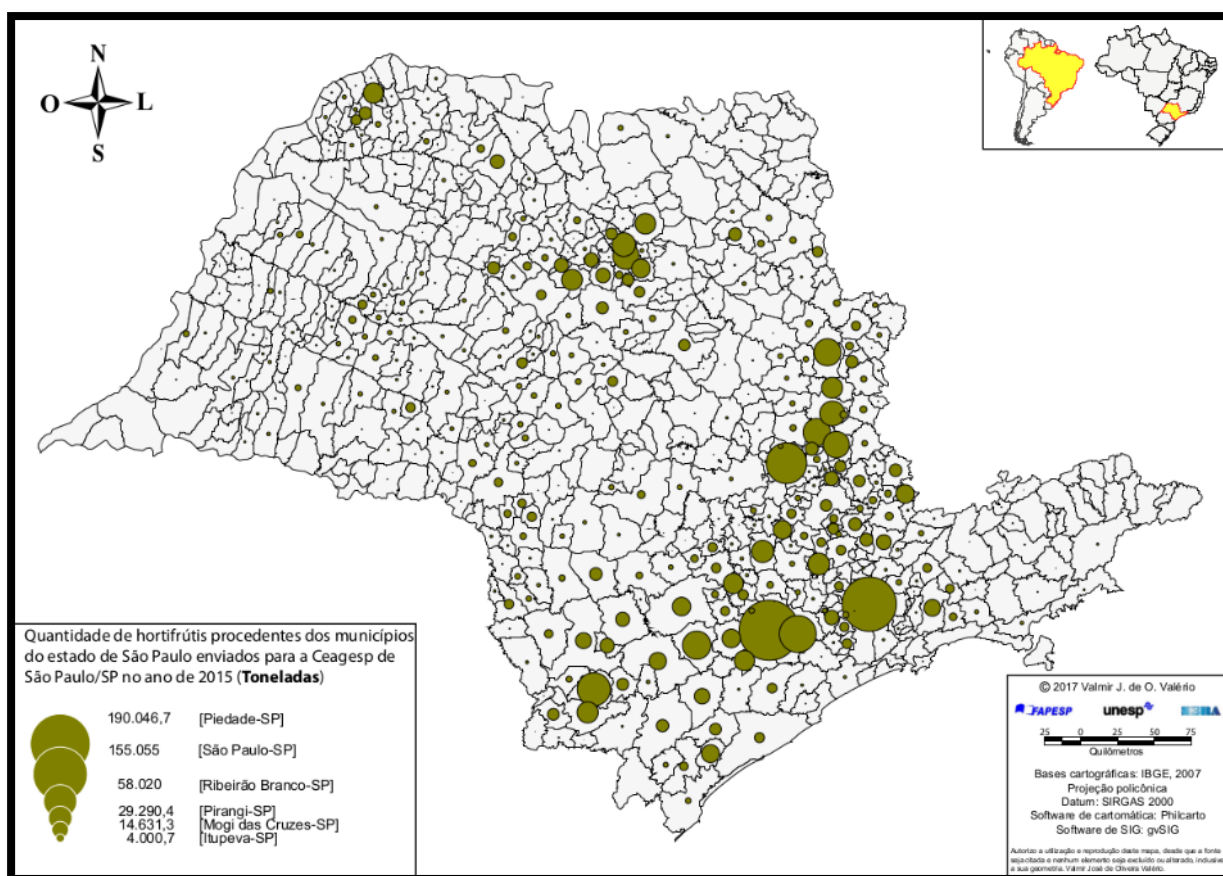
A análise principal deste artigo diz respeito à identificação das dimensões dos deslocamentos dos hortifrúti comercializados com a unidade da Ceagesp de São Paulo/SP, mais especificamente em relação às suas procedências. Com isso, espero ter subsídios para compreender as diversas implicações subentendidas às distâncias percorridas pelos alimentos, principalmente em relação à pilhagem da riqueza produzida pelo campesinato, por meio da atuação de atravessadores do capital comercial e industrial, além da queda da qualidade nutricional dos alimentos, aumento dos desperdícios e acréscimos de preço para os consumidores finais, derivados dos gastos com armazenamento e transporte.

Em um contexto no qual o acesso aos alimentos é intermediado pelo poder de compra, o aumento dos preços resulta na exclusão de grandes contingentes de consumidores, sobretudo para os de menor poder aquisitivo. Nesse sentido, faz-se necessário refletir acerca das relações e implicações subentendidas ao movimento dos alimentos no espaço, internamente ao qual é possível qualificar a alimentação resultante e, com isso, verificar soberania, dependência ou mesmo privação e fome.

Devido ao grande volume de dados a serem analisados e, tendo em vista uma representação sintonizada aos pressupostos e objetivos da pesquisa à qual este artigo se vincula,

optei por separar a análise das procedências em três etapas: uma, com o foco na distribuição das procedências na escala dos municípios do estado de São Paulo; outra, focada na espacialização das origens procedentes dos municípios brasileiros localizados fora do estado de São Paulo e, a última, direcionada ao entendimento da espacialização das procedências na escala internacional.

Na escala do estado de São Paulo (Mapa 01), 459 municípios (mais de 70% do total de municípios do estado) compõem na pauta de procedências da CEAGESP da capital paulista no ano de 2015, com uma movimentação de 1.816.783,6 toneladas entre 158 diferentes tipos de hortifrúteis, o que corresponde a aproximadamente 56% de todo o volume de comercialização da unidade.



Mapa 01: Quantidade de Hortifrúteis procedentes dos municípios do estado de São Paulo enviados para a CEAGESP de São Paulo/SP no ano de 2015 (toneladas). Fonte: PROHORTI-CONAB, 2016. Elaboração: VALÉRIO, 2017.

Ainda na escala das procedências dos municípios paulistas, dentre os tipos de hortifrúteis mais significativos em termos de volume comercializado, o destaque é para a laranja, o tomate

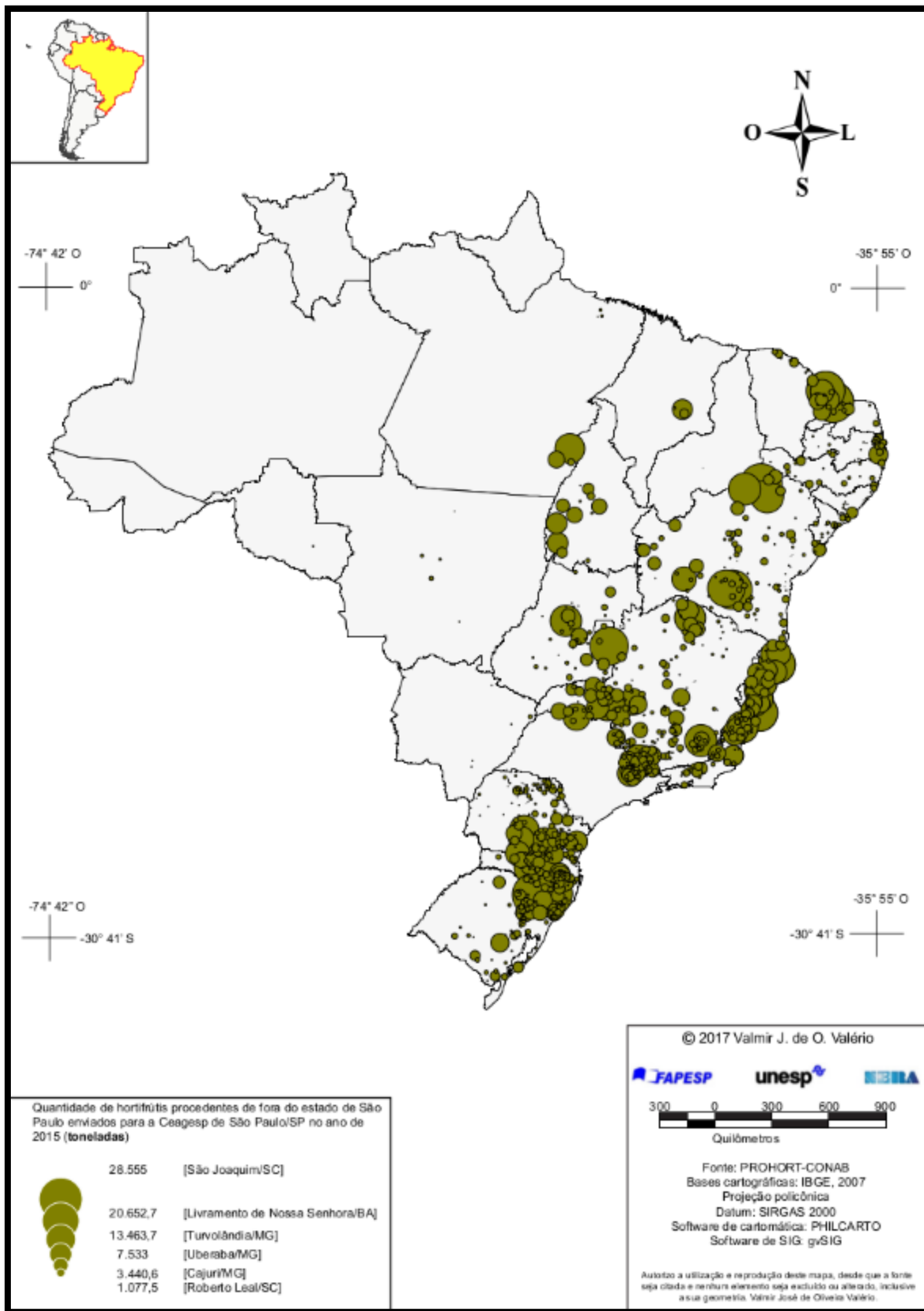
e a tangerina, todos com movimentação superior a 100.000 toneladas no ano considerado para análise (Tabela 01).

	HORTIFRÚTI	QUANTIDADE (toneladas)
1	LARANJA	327.740,88
2	TOMATE	219.081,34
3	TANGERINA	100.545,73
4	LIMAO	99.079,30
5	BATATA	78.303,48
6	MILHO VERDE	57.830,93
7	BATATA DOCE	55.049,07
8	ALFACE	51.560,90
9	CENOURA	50.352,21
10	REPOLHO	47.895,16
11	PEPINO	43.963,28
12	PIMENTAO	41.759,88
13	BANANA	40.582,12
14	MELANCIA	39.736,62
15	CHUCHU	35.482,39
16	MANGA	33.666,41
17	ABOBRINHA	31.720,42
18	BETERRABA	26.771,14
19	BERINJELA	26.674,27
20	MANDIOCA	25.945,66

Tabela 01: Vinte tipos de hortifrúteis procedentes do estado de São Paulo mais comercializados no ano de 2015 (toneladas). Fonte: PROHORTI-CONAB, 2016. Elaboração: VALÉRIO, 2017.

No estado de São Paulo, são três as regiões mais importantes no envio de hortifrúteis para a CEAGESP da capital paulista. A mais expressiva é a região Centro-Leste/Sudeste/Sul, na qual estão localizados os municípios com maiores volumes comercializados, desde os municípios de Casa Branca, Mogi Mirim e Limeira, passando por São Paulo e Piedade, até os municípios de Ribeirão Branco, Apiaí e Pariquerá-Açu, no Sul do Estado. Destacam-se ainda as regiões Centro-Norte, desde os municípios de Bebedouro, Vista Alegre do Alto e Pirangi, até Itajobi, Marapoama e Novo Horizonte e, Noroeste, desde os municípios de Paranapuã, Urânia e Santa Salete, até Jales e Santa Rita d'Oeste, porém, com volumes menos expressivos.

Na escala das procedências de fora do estado de São Paulo (Mapa 02), não existe apenas uma única região de predomínio no envio de hortifrúteis para a referida central de abastecimento, pois volumes expressivos podem ser verificados desde os estados do Sul, passando pelo Sudeste, Centro e Nordeste do Brasil.



Mapa 02: Quantidade de hortifrúts procedentes de fora do estado de São Paulo enviados para a CEAGESP de São Paulo/SP no ano de 2015 (toneladas). Fonte: PROHORTI-CONAB, 2016. Elaboração: VALÉRIO, 2017.

Os hortifrúti enviados de municípios brasileiros de fora do estado de São Paulo perfazem em torno de 38% do volume comercializado no ano de 2015, com um total de 1.232.279,3 toneladas entre 116 tipos procedentes de 865 municípios de todas as regiões do Brasil. Excetuando o estado paulista, os principais estados no envio de hortifrúti são: Minas Gerais (301.959,4 toneladas), Bahia (205.461,6 toneladas), Santa Catarina (138.551,6 toneladas), Espírito Santo (121.949,3 toneladas) e Paraná (100.017,1 toneladas).

Na escala nacional, considerando também o estado de São Paulo, os tipos de hortifrúti mais expressivos no que se refere aos volumes comercializados com a CEAGESP da capital paulista são a laranja, o tomate e a batata, com números superiores a 240.000 toneladas/ano (Tabela 02). Interessante observar que, excluindo tipos como maçã e pera importada, cuja produção no estado de São Paulo se defronta com limitações de ordem edafoclimática, a maioria dos principais tipos de hortifrúti comercializados poderiam, em uma perspectiva de produção e distribuição local/regional, ser produzidos no próprio estado paulista.

	HORTIFRÚTI	QUANTIDADE (toneladas)
1	LARANJA	330.971,38
2	TOMATE	314.822,58
3	BATATA	244.497,58
4	MAMAO	148.996,79
5	TANGERINA	121.384,11
6	CEBOLA	113.912,85
7	MELANCIA	107.467,17
8	MAÇÃ	106.414,24
9	MANGA	101.253,71
10	LIMAO	99.646,42
11	CENOURA	90.732,94
12	ABACAXI	82.903,81
13	PERA IMPORTADA	81.873,86
14	MELAO	80.615,46
15	BANANA	74.875,02
16	BATATA DOCE	62.146,66
17	COCO	61.525,53
18	MILHO VERDE	57.842,07
19	PEPINO	56.103,39
20	CHUCHU	54.104,80

Tabela 02: Vinte tipos de hortifrúti mais comercializados (considerando todas as procedências) no ano de 2015 (toneladas). Fonte: PROHORTI-CONAB, 2016. Elaboração: VALÉRIO, 2017.

Considerando todas as procedências nacionais (interna e externa ao estado de São Paulo), 1.324 municípios, de 23 estados, compõem a pauta de fornecedores de hortifrúti para

a CEAGESP da capital paulista no ano considerado para análise. Dentre as 20 procedências mais expressivas em termos quantitativos, 14 estão localizadas no próprio estado de São Paulo (Tabela 03).

	PROCEDÊNCIA (município)	QUANTIDADE (toneladas)
1	Piedade/SP	190.046,68
2	São Paulo/SP	155.055,01
3	Limeira/SP	86.965,14
4	Ibiúna/SP	71.509,82
5	Ribeirão Branco/SP	58.020,04
6	São Miguel Arcanjo/SP	42.076,71
7	Conchal/SP	39.503,46
8	Casa Branca/SP	38.781,67
9	Moji-Mirim/SP	36.490,84
10	Vista Alegre do Alto/SP	36.476,05
11	Mogi Guaçu/SP	33.360,47
12	Pirangi/SP	29.290,43
13	São Joaquim/SC	28.555,14
14	Fraiburgo/SC	28.086,11
15	Vacaria/RS	27.688,00
16	Petrolina/PE	27.198,72
17	Porto Feliz/SP	25.781,65
18	Mossoró/RN	25.548,6
19	Cabreúva/SP	25.088,48
20	Dom Basílio/BA	23.659,46

Tabela 03: Vinte municípios mais expressivos no envio de hortifrúteis no ano de 2015 (toneladas). Fonte: PROHORTI-CONAB, 2016. Elaboração: VALÉRIO, 2017.

Não obstante as procedências apontadas, devido à existência de **fornecedores ocultos** (VALÉRIO, 2015), os dados encobrem procedências derivadas de outros municípios e estados, pelo fato de que as informações se limitam às origens constantes nas notas fiscais emitidas quando da comercialização dos alimentos com a central de entrepostos. Assim, as rotas apontadas subentendem múltiplos fornecedores que, apesar de não figurarem na pauta de procedências diretas por não possuírem nota fiscal, são fundamentais para a composição dos dados referentes às procedências mais expressivas.

Nesse sentido, tendo em vista o exemplo dos cinco municípios mais representativos no envio de hortifrúteis, quando consideramos a diferença entre as quantidades produzidas nos municípios (IBGE/SIDRA, 2017), em relação às quantidades enviadas para comercialização na CEAGESP de São Paulo/SP (PROHORTI-CONAB, 2016), fica clara a participação de

procedências oriundas de outros municípios na composição dos dados referentes às quantidades apresentadas para o ano de 2015 (Tabela 04).

MUNICÍPIO	ENVIADO PARA A CEAGESP/SP (toneladas)	PRODUZIDO NO MUNICÍPIO (toneladas)	DIFERENÇA (toneladas)
Piedade/SP	190.046,68	70.344	-119.702,68
São Paulo/SP	155.055,01	733	-154.322,01
Limeira/SP	86.965,14	91.546	+4.580,86
Ibiúna/SP	71.509,82	20.007	-51.502,82
Ribeirão Branco/SP	58.020,04	102.250	+44.229,96

Tabela 04: Diferença entre a quantidade de hortifrúteis enviados para a CEAGESP/SP em relação à produção nos municípios no ano de 2015 (toneladas). Fonte: PROHORTI-CONAB, 2016; IBGE/SIDRA, 2017. Elaboração: VALÉRIO, 2017.

Ainda que os números referentes às quantidades produzidas nos municípios sejam compatíveis, em alguns casos (Limeira/SP e Ribeirão Branco/SP, por exemplo), com os totais comercializados com a CEAGESP/SP, ao analisar a diversidade (número de tipos) presente na produção dos municípios em relação à diversidade constante na base de procedências da referida central de abastecimento, fica reforçada a tese da participação de fornecedores ocultos na composição dos números referentes aos hortifrúteis comercializados (Tabela 05).

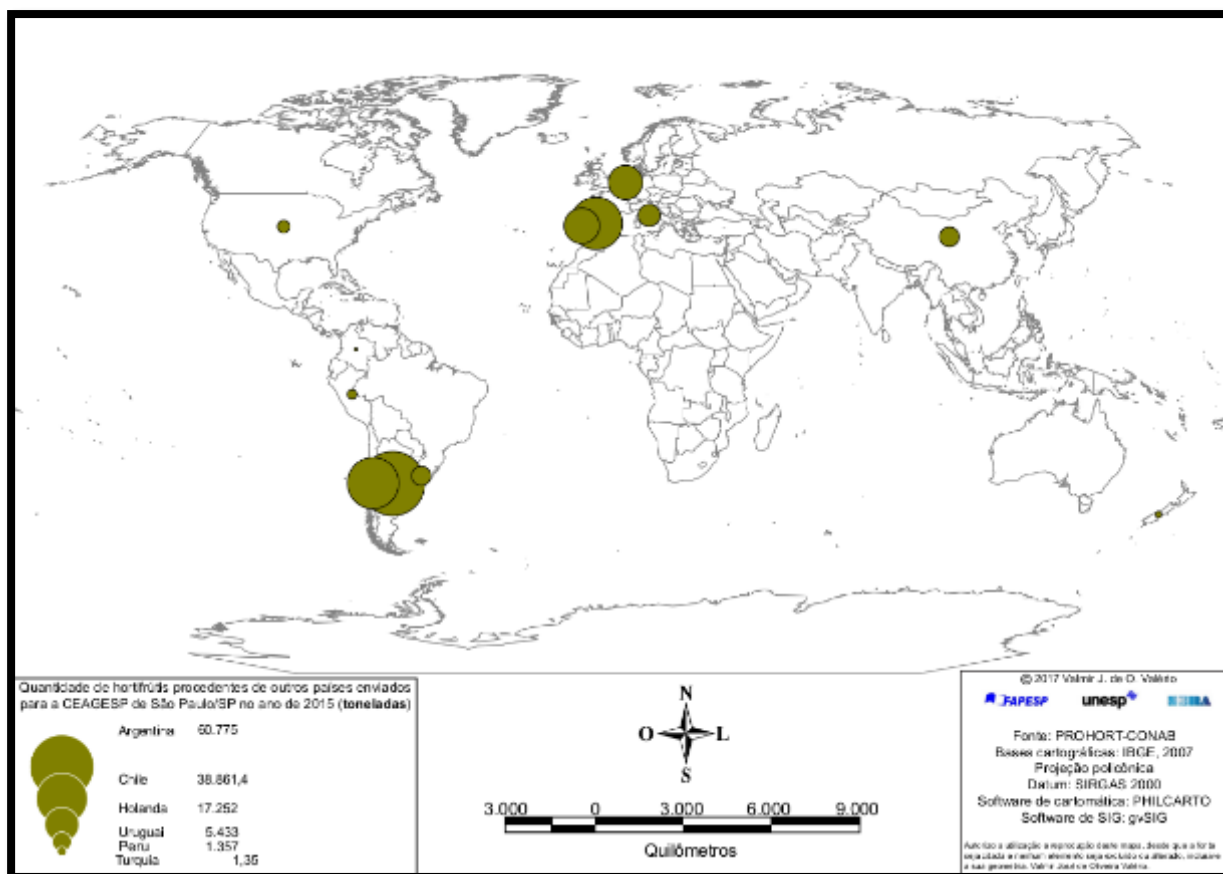
MUNICÍPIO	Nº DE TIPOS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO	Nº DE TIPOS ENVIADOS P/ CEAGESP
Piedade/SP	14	84
São Paulo/SP	03	146
Limeira/SP	06	09
Ibiúna/SP	15	77
Ribeirão Branco/SP	17	26

Tabela 05: Número de tipos de hortifrúteis produzidos nos municípios em relação ao número de tipos enviados para a CEAGESP de São Paulo/SP no ano de 2015. Fonte: PROHORTI-CONAB, 2017; IBGE/SIDRA, 2017. Elaboração: VALÉRIO, 2017.

Portanto, a diferença entre a quantidade de hortifrúteis enviados para a CEAGESP/SP em relação àquilo que é efetivamente produzido nos municípios, assim como o descompasso entre os números de tipos de hortifrúteis produzidos em relação aos números de tipos enviados para a central de entrepostos, tornam inequívocas as evidências de que as procedências apontadas compreendem, por detrás dos dados oficiais, múltiplos fornecedores ocultos, fato que amplia ainda mais a dimensão das distâncias identificadas pelo mapeamento das procedências. Isso

resulta no aumento dos gastos com armazenamento e transporte, dos desperdícios⁴, e, em consequência, dos preços para o consumidor final, o que torna os alimentos ainda mais inacessíveis, principalmente para as famílias pobres.

Na escala internacional, 13 países comparecem na pauta de fornecedores (Mapa 03), com um montante de 198.508 toneladas entre 39 tipos de hortifrútiis, o que representa perto de 6% do volume total intermediado pela CEAGESP da capital paulista no ano em estudo. Nessa escala, os hortifrútiis mais expressivos quanto às quantidades comercializadas são a pera (59.958,2 toneladas), a cebola (37.364,0 toneladas), a maçã (24.104,0 toneladas), a uva (15.200,6 toneladas) e a ameixa (14.515,5 toneladas).



⁴ Estudos da EMBRAPA indicam que em torno de 30% dos alimentos produzidos no Brasil têm como destino a lata de lixo (SOARES, 1996).

Os principais países no envio de hortifrútiis são: Argentina, Espanha, Chile, Portugal e Holanda (Tabela 06). Dentre os hortifrútiis presentes nos dados de procedências internacionais, além dos tipos esperados devido à existência de obstáculos de ordem edafoclimática para a sua produção no Brasil, como algumas variedades de pera, maçã, kiwi e ameixa, por exemplo, é possível encontrar tipos como abacate, abacaxi, alho, batata, cebola, cenoura e pimentão, cultivos que, referenciados em uma perspectiva de soberania alimentar, poderiam ter a sua demanda integralmente satisfeita com a produção nacional, sobretudo por meio da ativação de circuitos curtos nas escalas local e regional.

	PROCEDÊNCIA <i>(país)</i>	QUANTIDADE <i>(toneladas)</i>
1	ARGENTINA	60.774,87
2	ESPAÑA	40.216,58
3	CHILE	38.861,44
4	PORTUGAL	18.527,12
5	HOLANDA	17.251,86
6	ITALIA	7.225,32
7	CHINA	5.743,83
8	URUGUAI	5.433,03
9	ESTADOS UNIDOS	2.349,08
10	PERU	1.356,82
11	NOVA ZELANDIA	608,26
12	COLOMBIA	158,58
13	TURQUIA	1,35
	TOTAL	198.508,14

Tabela 06: Procedências internacionais de hortifrútiis enviados para a CEAGESP de São Paulo/SP no ano de 2015 (toneladas). Fonte: PROHORTI-CONAB, 2016. Elaboração: VALÉRIO, 2015.

No total, considerando todas as procedências identificadas (estadual, nacional e internacional), aproximadamente 3.247.571 toneladas de hortifrútiis foram intermediadas no ano de 2015, dentre 159 tipos. Como todos os produtos que chegam ao ETSP são transportados por meio de caminhões, esse montante subentende milhares de cargas. Tendo em vista uma média de oito toneladas por carga⁵, o total de hortifrútiis comercializados nesse ano acionou aproximadamente 406.000 caminhões, isso considerando apenas as entradas.

⁵ Esse cálculo tem por base os modelos de caminhão mais utilizados no transporte de hortifrútiis para a CEAGESP da capital paulista (caminhão semipesado ou “toco”, com carroceria de 14 metros e capacidade de até 6 toneladas e caminhão pesado ou “truck”, também com carroceria de 14 metros e capacidade de transportar entre 10 e 14 toneladas). De acordo com funcionários da Companhia, além desses dois modelos, uma grande variedade de veículos menores (caminhonetes, furgões, etc.) também comparece no transporte de hortifrútiis, porém, com maior expressão nas saídas (compras) que nas entradas (vendas).

O cálculo do consumo de combustível subentendido ao abastecimento de hortifrúteis no ano em estudo pressupõe avaliar o total de quilômetros percorridos entre cada um dos municípios de origem e a referida central de entrepostos, o que ainda não foi contemplado na fase atual da pesquisa à qual este artigo se vincula. Não obstante, os dados disponíveis permitem projetar a dimensão maiúscula dos gastos, não apenas com combustível, mas também com motoristas, manutenção dos caminhões, pneus, pedágios, etc. De tal modo, como não existe “almoço grátis”, tais custos recaem sobre toda a sociedade, que arca com o “preço” de um sistema de abastecimento alimentar referenciado na generalização dos deslocamentos dos alimentos no espaço.

Não bastassem as grandes distâncias atualmente necessárias à efetivação do encontro entre produtores e consumidores (que chegam a milhares de quilômetros), aqui identificadas a partir do exemplo do mapeamento das procedências dos hortifrúteis comercializados com a CEAGESP da capital paulista, a lógica do “vai-e-vem” dos alimentos torna ainda mais expressivas essas distâncias. Conforme relatou um dos permissionários durante entrevista, alguns produtos “chegam” de um certo município e, a partir da sua comercialização na CEAGESP, “voltam” para o mesmo município de origem para serem novamente revendidos. Tal lógica encontra respaldo apenas na prioridade deste sistema de produção e abastecimento, no qual prevalecem grandes escalas⁶ de produção e pouca diversidade. Com isso, o lucro dos setores intermediários “justifica” a imposição de um tipo de “pedágio” que cobra tanto de um lado (dos produtores, com preços baixos), como de outro (dos consumidores, com preços especulativos).

Na lógica do atual sistema de produção e abastecimento, os alimentos são produzidos para serem **vendidos** e não necessariamente **consumidos**. Na ocorrência de superprodução de um determinado tipo de produto agrícola, este pode até mesmo ser descartado para que o mercado volte a “se equilibrar”. Ou seja, parte da produção vai simplesmente para o lixo para que a oferta seja reduzida e os preços novamente aumentados, como ilustra o exemplo dos tomates “descartados” no município de Venda Nova do Imigrante/ES (CALIMAN, 2015). Neste caso, a superprodução e a queda dos preços levou os produtores a jogarem no lixo, em

⁶ Apesar da produção de hortifrúteis se caracterizar pela reduzida área de cultivo (quando comparada com algumas monoculturas, como a soja e a cana-de-açúcar, por exemplo), aqui utilizo o termo “grandes escalas” para caracterizar uma produção que excede a capacidade de comercialização direta do produtor e, assim, o faz refém dos atravessadores.

perfeitas condições de consumo, cerca de vinte mil caixas da fruta (aproximadamente 400 toneladas).

A justificativa para tal atitude aparentemente irracional é que, devido ao excesso de tomates no mercado, os preços estariam abaixo do patamar mínimo necessário para cobrir os gastos com o transporte da fruta até os centros consumidores. Nesse sentido, fica clara a presença de um patamar mínimo de preços para que o atual sistema alimentar seja ativado, sem o qual os alimentos perdem o seu sentido de existência. No bojo do atual sistema de produção e distribuição de alimentos, a escala de produção e a distância entre produtores e consumidores colocam o atravessador no controle. Desse modo, a alimentação (encontro entre produção e consumo) tem como pressuposto o atendimento às diretrizes do mercado, condição para que os alimentos sejam efetivamente consumidos.

Portanto, de acordo com a lógica do mercado capitalista, os alimentos no lixo não constituem mero “desperdício”, mas sim a “margem de perda” que assegura ao alimento o status de mercadoria. Nesse contexto, mais importante que serem consumidos, é que sejam vendidos; mais que matar a fome, gerar lucros. Conforme já argumentei em outra oportunidade (VALÉRIO, 2015), em muitos casos, os alimentos são vendidos e revendidos até que sejam atingidos os limites biológicos do produto. Ou seja, enquanto durarem as características físicas do mesmo, permanecerá ativo o seu potencial como mercadoria.

Enquanto atendimento regular das necessidades nutricionais da população, realizado pelo simples acesso econômico aos alimentos, sem colocar em questão quem os controla, o atual sistema hegemônico de produção e distribuição pode ser caracterizado a partir da sua estruturação. Configurado sobre bases que asseguram o controle da produção de alimentos pelo capital comercial e industrial, o sistema alimentar atualmente hegemônico projeta o abastecimento alimentar a partir da ativação de extensas redes de transporte, ou seja, a segurança alimentar, brando termo para a realidade da dependência a que implica.

De maneira diferente, considerado na dimensão do alimento enquanto comida, ou seja, dotado de valores e significados muitas vezes não tangíveis do ponto de vista meramente econômico, o abastecimento alimentar pode apresentar outros conteúdos. Nesse sentido, o movimento pela soberania alimentar traz em si a possibilidade de encarar o alimento na dimensão da sua imprescindibilidade para a existência humana, não apenas do ponto de vista do suprimento calórico e nutricional, mas também cultural e ambiental.

Tendo em vista a ênfase aqui empregada na abordagem da soberania alimentar, focada no movimento dos alimentos no espaço, uma nova forma de produção e distribuição de alimentos pressupõe que os sistemas alimentares estejam fundados em outras bases, libertas dos atuais referenciais que preconizam a quantidade em detrimento da diversidade, a venda e a especulação acima da acessibilidade dos alimentos, o lucro dos atravessadores acima da vida das pessoas.

Ao refletir acerca dos resultados preliminares deste estudo, questiono até que ponto estamos “presos” ao atual sistema hegemônico de produção e distribuição de alimentos, o que nos impede de começar a planejar, executar e avançar na construção de políticas locais e regionais de abastecimento alimentar? Por que políticas de incentivo à produção e distribuição de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), não recebem investimentos na proporção da sua importância nesse processo?

As respostas para tais questionamentos certamente extrapolam os limites deste artigo. Entretanto, cabe destacar que, em que pesem as adversidades, os produtores continuam a produzir, ainda que em condições de precariedade, devido aos baixos preços pagos pelos seus produtos na comercialização com os atravessadores. Do mesmo modo, apesar das dificuldades, as pessoas seguem se esforçando para dar conta de uma alimentação minimamente diversificada e nutritiva, o que muitas vezes não é possível, devido aos altos preços praticados pelo mercado. Assim, se realmente desejamos a democratização do acesso aos alimentos, é chegado o momento de colocarmos em pauta, para toda a sociedade, se realmente queremos dar continuidade a esse sistema no qual “quem nem suja a mão de terra, fica com mais que quem planta, cultiva e produz”⁷.

Considerações finais:

Apesar da pesquisa ainda estar em fase inicial, as análises preliminares indicam que, não obstante o predomínio das procedências internas ao próprio estado de São Paulo, centenas de municípios de todas as regiões do Brasil, além de diversos outros países, comparecem na pauta de fornecedores de hortifrútiis. De Norte a Sul, o movimento dos alimentos expressa as

⁷ Ditado comum nas falas dos agricultores entrevistados.

distâncias percorridas entre a produção e a distribuição, não necessariamente o consumo. Mesmo considerando a grande amplitude das escalas de deslocamento dos hortifrúteis, identificadas com o mapeamento das procedências, a existência dos fornecedores ocultos amplia ainda mais as distâncias, posto que muitos dos municípios apontados como origens podem representar apenas pontos intermediários entre produtores de alimentos e atravessadores.

Portanto, por detrás dos alimentos comercializados na unidade da CEAGESP de São Paulo/SP, estrutura-se uma extensa rede de produtores e atravessadores que consolidam um tipo de abastecimento que traz em si a marca profunda da dependência. Por um lado, dos produtores em relação aos baixos preços pagos pelos atravessadores. Por outro, dos consumidores, responsáveis por arcar com os custos derivados do transporte e armazenamento. Como produto da vigência desse sistema de abastecimento alimentar, temos que, para cada quilômetro adicionado ao trajeto entre produtores e consumidores, menos acessível o alimento e mais precária a alimentação.

Nesse contexto, verifico que o predomínio do atual sistema de produção e abastecimento alimentar, sustentado quase que exclusivamente no modelo de grandes centrais de entrepostos (CEASAS, por exemplo), resultou, concomitantemente, no fortalecimento dos setores ligados ao capital comercial e industrial e no enfraquecimento e precarização dos produtores, sobretudo os pequenos e menos capitalizados que, reféns de uma escala de produção que ultrapassa em muito a sua capacidade de comercialização direta (pelo menos da maioria da produção), são “forçados” a vender os seus produtos por preços baixos para atravessadores que buscam, no campo, a produção daqueles que, desprovidos de meios próprios, não têm outra alternativa para o escoamento da produção.

No outro extremo, os consumidores pagam mais caro, pois arcam com os custos de transporte (combustível, manutenção, pedágios, pneus, etc.), armazenagem, desperdícios, lucro dos atravessadores, etc. Como o acesso à alimentação tende a ser proporcional ao poder de compra, as famílias pertencentes às faixas de renda menos abastadas têm sua pauta de consumo reduzida, posto que esta é inversamente proporcional aos preços praticados. Essa perversa realidade materializa um processo que exclui duplamente: retira dos pequenos produtores a renda que asseguraria uma melhor condição de vida no campo e, na dimensão do consumo, impõem preços especulativos que fazem do acesso aos alimentos um privilégio dos que por eles podem pagar.

Ademais, cabe questionar: quem ganha com a vigência do atual sistema de produção e distribuição de alimentos? Os atravessadores são imprescindíveis? Até que ponto? Como dar início à construção de um sistema alternativo? A soberania alimentar pode ser o caminho? Como construí-la? Ela pode existir fora do manto estatal? Mais que responder, faz-se necessário refletir, pois a ação transformadora do amanhã virá da realidade a ser pensada hoje.

Referências bibliográficas:

CALIMAN, B. Jornal A Gazeta/Globo. 2015. **Com preço baixo no ES, produtores descartam 20 mil caixas de tomate**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/agronegocios/noticia/2015/01/com-preco-baixo-no-es-produtores-descartam-20-mil-caixas-de-tomate.html>>. Acesso em: 18/07/2016.

CEAGESP. Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo. 2017. **Histórico da CEAGESP**. Disponível em: <<http://www.ceagesp.gov.br/a-ceagesp/institucional/historico/>>. Acesso em: 12/07/2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). 2017. **Dados sobre produção das lavouras temporárias e permanentes**. 2017. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=PA&z=t&o=11>>. Acesso em: 09/07/2017.

PROHORTI/CONAB. Programa brasileiro de modernização do mercado hortigranjeiro. Companhia Nacional de Abastecimento. **Dados sobre procedências de frutas e hortaliças**. 2016. Disponível em: <<http://dw.prohort.conab.gov.br/pentaho/Prohort>>. Acesso em: 28/01/2016.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOARES, A. G. **Desperdício de alimentos no Brasil** – um desafio político e social a ser vencido. Rio de Janeiro: Embrapa, [1996]. Disponível em: <<http://www.ctaa.embrapa.br/upload/publicacao/art-182.pdf>>. Acesso em: 18/02/2015.

VALÉRIO, V. J. O. **A segurança da dependência e os desafios da soberania**: expansão da agroindústria canieira e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP. 2015. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente/SP.

VIA CAMPESINA. **The right to produce and access to land**. Rome: Via Campesina, 1996. Disponível em: <<http://www.voiceoftheturtle.org/library/1996%20Declaration%20of%20Food%20Sovereignty.pdf>>. Acesso em: 25/11/2011.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). **Food security**: definition glossary. [2014].
Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/glossary_e/food_security_e.htm>.
Acesso em: 07/02/2015.